



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
INSTITUCIONAL CELEBRADO EM 20.06.2018,  
ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO CEARÁ E A SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8509801-  
32.2019.8.06.0001).**

AD2/CV N.º 23/2018

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado na Av. Albuquerque Lima, S/N - Cambéba CEP: 60822-325, Fortaleza/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001- 01, doravante denominado simplesmente TJCE, neste ato representado por seu Presidente, DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, e pelos juízes CÉZAR BELMINO BARBOSA EVANGELISTA JÚNIOR, LUCIANA TEIXEIRA DE SOUZA E LUIZ BESSA NETO, no uso de suas atribuições legais, de outro, a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.954.530/0001-18, com sede na Rua Tenente Benévolo, nº 1055, Bairro Meireles, Fortaleza/CE, doravante denominada simplesmente SAP, neste ato representado pelo seu Secretário, LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação nº 23/2018, mediante as seguintes bases e condições:

**Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal**

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) No Convênio nº 23/2018 TJCE, firmado em 20 de junho de 2018.
- b) Na solicitação dos Juízes de Direito da 1ª, 2ª e 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza, constante no Processo Administrativo nº 8509801-32.2019.8.06.0001;
- c) No Projeto Justiça de Portas Abertas, idealizado pelos Exmos. Srs. Juízes de Direito da 2ª e 3ª Varas de Execução Penal da Comarca de Fortaleza, Dra. Luciana Teixeira de Sousa e Dr. César Belmino Barbosa Evangelista Júnior, respectivamente;



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

d) No art. 116, da Lei Federal nº 8.666/93;

e) No parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, devidamente aprovado pelo Exmo. Des. Presidente do TJCE em 02/07/2019.

***Cláusula Segunda – Do Objeto***

O presente instrumento objetiva um acréscimo de bolsas-trabalho para mais 10 (dez) apenados ao Convênio nº 23/2018, totalizando 40 (quarenta) bolsas-trabalho, preferencialmente para os do regime semiaberto, nos termos da Lei de Execuções Penais – LEP, para trabalhar nas dependências dos órgãos e instituições de carreiras jurídicas, bem como das escolas e associações/entidades de classe, e, ainda, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.

**Parágrafo Único** – O projeto será executado pelas Varas de Execução Penal da Comarca de Fortaleza, através de parceria entre o Poder Judiciário – por meio dos magistrados titulares das Execuções Penais de Fortaleza, e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Ceará – SAP.

***Cláusula Terceira – Das Obrigações dos Convenientes***

***I – Cabe ao Poder Judiciário, através das Varas de Execuções Penais:***

- a) Realizar análise jurídica e psicossocial dos candidatos;
- b) Promover a seleção dos participantes, com posterior encaminhamento à SAP para fins de admissão, indicando o local de lotação e a função a ser desempenhada, observados os critérios estabelecidos entre os parceiros do projeto, com atenção ao perfil do apenado;
- c) Gerenciamento de vagas de trabalho nos órgãos e instituições de carreiras jurídicas, bem como nas escolas e associações/entidades de classe, e, ainda, nos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo;
- d) Recepcionar os apenados admitidos, orientando-os acerca das regras do projeto, com prestação de apoio institucional pelo Programa Um Novo Tempo (PUNT) e acompanhamento psicossocial pelo Núcleo de Apoio às Varas de Execução Penal (NUAVEP);
- e) Promover cursos de capacitação e qualificação dos apenados assistidos pelo projeto, por meio das instituições parceiras do Programa Um Novo Tempo;
- f) Promover a remição da pena privativa de liberdade, nos termos da Lei de Execução Penal;
- g) Aplicar, através dos juízes das varas de execução penal, as sanções disciplinares cabíveis quando das infrações cometidas, procedendo ao desligamento do reeducando, se necessário.

***II – Cabe à Secretaria Executiva da SAP:***

92 4





**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- a) Realizar o processo de contratação dos participantes do projeto;
- b) Ofertar bolsas de trabalho para absorção dos apenados pelo Projeto Justiça de Portas Abertas, observando a gratificação mensal nos termos da Portaria nº 84/2017, da então SEJUS/CE, agora denominada SAP (DOECE 19/02/2018);
- c) Fornecimento de alimentação, consistente com um almoço por dia trabalhado;
- d) Fornecimento de transporte para ida e retorno do participante ao seu local de trabalho.

***Cláusula Quarta – Da Vigência***

O presente Termo possui o condão de complementar a continuidade temporal do Convênio de Cooperação nº 23/2018, qual seja: de 5 (cinco) anos a partir de 20 de junho de 2018.

***Cláusula Quinta – Da Origem dos recursos Financeiros***

Este Instrumento não implicará para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

**Parágrafo Único** – Os custos do projeto serão arcados pela Secretaria de Administração Penitenciária, ou, se for o caso, por instituição que vier a ser parceira.

***Cláusula Sexta – Da Execução, Alteração e Inexecução***

Aplicam-se a este Instrumento, naquilo que couber e por consentimento das Instituições envolvidas, as disposições concernentes aos casos de execução, alteração e inexecução, previstas na Lei nº 8.666/93.

***Cláusula Sétima – Das Disposições Gerais e dos Casos Omissos***

As partes praticarão, reciprocamente, os atos necessários à efetiva execução das presentes disposições, por intermédio dos seus representantes, sendo os casos omissos resolvidos conjuntamente pelos Convenentes.

***Cláusula Oitava – Da Publicação***

O TJCE publicará no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Ceará o extrato deste Acordo nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

9 W

Handwritten signature and initials in blue ink.



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

***Cláusula Nona – Das Disposições Anteriores***

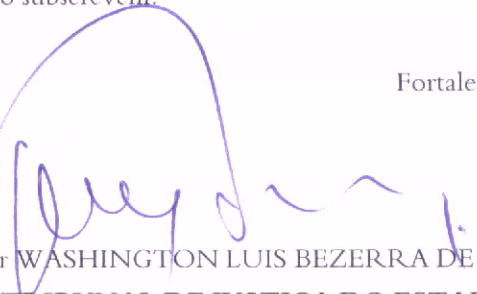
O presente Termo Aditivo regula integralmente as disposições do Convênio de Cooperação nº 23/2018, revogando todas as disposições anteriores.

***Cláusula Terceira – Do Foro***

Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste Convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza/CE, 03 de julho de 2019.

  
Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

  
LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**

  
LUIZ BESSA NETO  
**JUIZ DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL**

  
LUCIANA TEIXEIRA DE SOUZA  
**JUÍZA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL**

  
CÉZAR BELMINO BARBOSA EVANGELISTA JUNIOR  
**JUIZ DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL**

TESTEMUNHAS:  \_\_\_\_\_